COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.700, de 2007

Institui isenção de tributos federais incidentes sobre produtos destinados à alimentação humana.

EMENDA ADITIVA

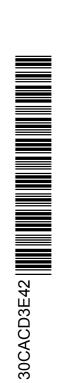
O artigo 2° do Projeto de Lei nº 1700/07 passa a vigorar com a seguinte redação :

- "Art.2º As receitas, os resultados e os lucros relativos à produção e comercialização no mercado interno de sal refinado, arroz, feijão, milho, trigo, rapadura, açúcar mascavo, fubá, ovos, frutas, legumes, farinha de mandioca, farinha de trigo, misturas de farinha de trigo, leite e carnes e gorduras animais ficam isentos dos seguintes tributos:
 - I Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas IRPJ;
 - II Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL;
- III Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP; e
 - IV Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS."

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de proposta de emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 1700/07, de autoria do ilustre deputado ROCHA LOURES, que institui isenção de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS) incidentes sobre produtos destinados à alimentação humana.

A leitura atenta do Art.2°, na sua redação original, revela que os produtos beneficiados são os seguintes : sal refinado, arroz, feijão, milho, rapadura, açúcar mascavo, fubá, ovos, frutas, legumes, farinha de mandioca, leite e carnes e



gorduras animais, produtos estes consumidos em larga escala pela população mais carente.

O mecanismo de redução da carga tributária implica na diminuição dos preços dos alimentos, o que se harmoniza com o plano bem sucedido de estabilidade econômica, contribuindo, ademais, para melhorar a qualidade da alimentação da população de baixa renda, além de estimular a produção e a circulação dos referidos produtos e, por tais motivos relevantes, o presente projeto de lei merece a sua aprovação.

Ocorre, porém, que não há justificativa plausível, não faz o menor sentido que igual tratamento tributário não seja estendido, também, ao trigo, à farinha de trigo e às misturas de farinha de trigo.

Sem maior esforço de raciocínio, depreende-se que todas as relevantes alegações que justificam o presente Projeto de Lei são, de igual modo, inteiramente aplicáveis ao trigo, à farinha de trigo e às misturas de farinha de trigo. Assim, com a propositura desta emenda aditiva, o que se pretende é não apenas reparar uma injustificada omissão, como, também, aperfeiçoar a lista de produtos contemplados pela isenção.

Com tais razões, que subsistem por seus próprios e inquestionáveis fundamentos, estamos certos de que esta proposta de emenda aditiva ao louvável Projeto de Lei nº 1700/07 contará com o apoio e a acolhida de nossos ilustres Pares.

Sala de Sessões, em

de

de 2007.

Deputado Luiz Carlos Hauly

